



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Indicações geográficas para cafés no Brasil: Uma perspectiva transescalar ao planejamento regional

João Paulo Rosalin

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro-SP)

Leandro Di Genova Barberio

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro-SP)

Fabricio Gallo

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro-SP)

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. O processo de formação territorial do Brasil remete a sua lógica de organização e estruturação como colônia, dando origem, assim, às desigualdades produtivas regionais existentes em seu território. Objetiva-se discutir teoricamente com este trabalho acerca do processo de regionalização que atende às lógicas produtivas da cafeicultura na contemporaneidade, relacionando este processo a atuação de agentes hegemônicos do mercado externo na produção de café especial. Desse modo, buscaremos interpretar quais são os impactos territoriais desta lógica empresarial no planejamento regional, uma vez que a atuação de grandes empresas ligadas a este produto interfere na estruturação de determinadas regiões através de sua funcionalidade produtiva. Assim, nossa base empírica de análise consiste compreender como a produção de áreas de indicações geográficas (IGs) e selos de qualidade estão a formatar modelos de regionalização de acordo com a lógica da divisão internacional do trabalho, condicionando, dessa forma, as ferramentas de planejamento a subserviência do capital e seus agentes hegemônicos.

Palavras-chave. Planejamento Regional; Região e Regionalização; Indicações Geográficas (IGs); Território Usado; Formação territorial.

Geographical indications for coffee in Brazil: A transscale perspective on regional planning

Abstract. The process of territorial formation in Brazil refers to its logic of organization and structuring as a colony, giving rise to the existing regional productive inequalities in its territory. The objective of this work is to theoretically discuss the regionalization process that meets the productive logic of coffee farming in contemporary times, relating this process to the performance of hegemonic agents in the foreign market in the production of specialty coffees. In this way, we will seek to interpret what are the territorial impacts of this business logic on regional planning, since the performance of large companies linked to this product interferes in the structuring of certain regions through their productive functionality. Our empirical basis of analysis consists of understanding how the production of geographical indication areas (GIs) and quality seals are formatting regionalization models according to the logic of the international division of labor, thus conditioning the planning tools to subservience of capital and its hegemonic agents.

Keywords: Regional Planning; Region and Regionalization; Geographical Indications (GIs); Used Territory; Territorial formation.

Indicaciones geográficas para el café en Brasil: una perspectiva transescalar sobre la planificación regional

Resumen. *El proceso de formación territorial en Brasil remite a su lógica de organización y estructuración como colonia, dando así origen a las desigualdades productivas regionales existentes en su territorio. El objetivo de este trabajo es discutir teóricamente sobre el proceso de regionalización que responde a la lógica productiva de la caficultura en la época contemporánea, relacionando ese proceso con la actuación de los agentes hegemónicos del mercado exterior en la producción de cafés especiales. De esta forma, buscaremos interpretar cuáles son los impactos territoriales de esta lógica empresarial en la planificación regional, ya que la actuación de las grandes empresas vinculadas a este producto interfiere en la estructuración de determinadas regiones a través de su funcionalidad productiva. Nuestra base empírica de análisis consiste en comprender cómo la producción de áreas de indicaciones geográficas (IGs) y sellos de calidad están formateando modelos de regionalización según la lógica de la división internacional del trabajo, condicionando así las herramientas de planificación al servilismo del capital y su poder hegemónico.*

Palabras clave: Planificación Regional; Región y Regionalización; Indicaciones Geográficas (IGs); Territorio Usado; Formación territorial.

1.1. Introdução

A condição de entendimento da desigualdade regional brasileira pauta-se na busca por um resgate histórico e material, de base crítica do conteúdo analisado, almejando a elaboração de uma síntese de leitura geográfica dos diferentes agentes que contribuíram para a formalização histórica espacial das desigualdades existentes. As redes de fixos e fluxos, materiais e imateriais, que se formaram ao longo dos períodos e suas diferentes temporalidades, marcam essa condição de construção desigual das estruturas de distribuição dos meios e modo de produção das relações capitalistas no território brasileiro (SANTOS, SILVEIRA, 2001).

O avanço da modernização capitalista influenciou o Brasil a construir diferentes vertentes de pensamento a respeito da integração territorial e suas mazelas segregativas de arquipélagos produtivos (MORAES, 1996). A condução do pensamento se estruturou numa nova abordagem de linhas de investimentos em infraestrutura e créditos que diminuíssem as disparidades regionais existentes entre os diferentes pontos de concentração produtiva. Essa busca incessante pela modernização caracteriza as políticas de cunho desenvolvimentista e de elaboração de um Estado forte nas bases econômicas nacionais. Com a globalização e a abertura econômica esse parâmetro se altera e a base de investimento e intervenção por parte do Estado muda, deixando em aberto o predomínio aos diferentes capitais particulares que passam a circular pelo globo em busca de espaços ociosos.

A distribuição desigual de parcelas produtivas do território permanece em alta quando se analisam as condições da distribuição territorial dos diferentes meios de produção e seus aparatos industriais. Essa vinculação analítica é um tema caracterizado com base em processos sociais, culturais, econômicos e ambientais, uma vez que o projeto de busca para a compreensão da problemática passa por essas categorias de entendimento das condições do território usado (SANTOS, 1985).

Nota-se que as regiões entendidas como concentradas estão sob um lócus de estabelecimento tecnológico e econômico diante das outras regiões do território brasileiro. As conexões e redes de distribuição do capital internacional e suas formas de investimentos, contribuem na parcela de fragmentação na construção do espaço brasileiro e nos diferentes meios de concretização das desigualdades regionais. Este fato coloca em questão como as diferentes redes de concentração do capital estão a influenciar na qualidade de vida das pessoas em diferentes áreas do território.

Dessa forma, pensar o processo de estruturação do território de acordo com normatizações de selos e indicações geográficas, caracteriza como os diferentes padrões de planejamento regional estão a ser executados no espaço geográfico. As mazelas segregativas de base produtiva permanecem ativas diante dos diferentes processos que estão a ocorrer sob a lógica de estruturação de investimentos que os agentes externos expõem em suas intencionalidades.

Com este trabalho, buscamos trazer elementos ao debate acerca do processo de regionalização que atende às lógicas produtivas da cafeicultura na contemporaneidade, sobretudo aquelas em que parcelas do território são classificadas dentro dos padrões de denominação de origem (DO) e

indicação de procedência (IP), elementos que atribuem ao café produzido nessas áreas certas características, únicas e específicas, de indicações geográficas (IGs) que acabam por agregar mais valor à produção final

1.2 Apontamentos históricos sobre a desigualdade nos processos de formação regional

De maneira sintética, pode-se afirmar que a formação territorial do Brasil e sua fundação econômica foram construídas a partir de relações sociais de produção baseadas na exploração mercantil agropecuária. A colonização brasileira conformou os parâmetros trabalhistas que caracterizaram o uso e a transformação do território, colocando o país no centro da nova divisão internacional do trabalho (MORAES, 2000), como uma área de produção de commodities agrícolas. Desse modo, a produção do espaço foi se concretizando diante das estruturas produtivas e da ação dos colonizadores na condição de extração de recursos.

A exploração e expropriação de terras, surgem como as primeiras formas de produção e de distribuição de propriedades para os diferentes agentes transformadores do território, este processo caracteriza o início das formações regionais produtivas, uma vez que se destaca como aporte para as grandes produções monocultoras do país. Nesse sentido, observa-se que a formação territorial do Brasil deu origem às diferentes condições espaciais regionais de desigualdades (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2020). O estudo realizado por Oliveira e Araújo apresenta o fato das disparidades estarem ligadas ao início monocultor escravista brasileiro e as proporções que tais atos foram tomando ao longo do desenvolvimento do Brasil e sua modernização.

Desde os primeiros ciclos econômicos agrários foram gestadas características no cenário econômico e territorial do país que se perpetuaram. Em linhas gerais a organização da estrutura socioeconômica do país voltadas para a dinâmica externa congrega como principais características: produção em monocultura realizada em grandes propriedades, com altos índices de concentração de terra e produção para exportação, força de trabalho escravo que posteriormente se assalariou por baixos salários, desmobilizando a possibilidade criação de mercado interno. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2020, p. 163).

Desse modo, os ciclos econômicos do Brasil (açúcar, ouro e café) são a base para a consolidação da produção das diferentes regiões e seus processos técnicos. Santos e Silveira (2001) destacam esses aspectos ao tratarem das diferentes periodizações do território nacional e como os elementos técnicos vão surgindo nas diferentes áreas. Essa condição implica na constituição das desigualdades socioespaciais, visto que esta situação remete a fatores ligados aos modos de produção e à atuação de diferentes setores que constroem o território de acordo com sua intencionalidade. Esse processo caracteriza as mudanças nas estruturas produtivas do país, concretizando a atenuação das disparidades regionais, uma vez que o investimento em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento muda seu foco de localidade, tornando certas áreas mais privilegiadas em relação a outras.

A busca desenfreada pelo desenvolvimento nacional ocasionou a relação de concentração de esforços focada em crescimento industrial e econômico, porém sem que houvesse discussões acerca da melhoria na qualidade de vida da população. Afinal, o crescimento econômico era visto como sinônimo de desenvolvimento. O avanço da modernização capitalista influenciou o Brasil a construir diferentes vertentes de pensamento a respeito da integração territorial e suas mazelas segregativas de arquipélagos produtivos. Essa busca incessante pela modernização caracteriza as políticas de cunho desenvolvimentista e de elaboração de um Estado forte nas bases econômicas em busca pela integração territorial e redução das desigualdades entre as regiões. Com a globalização e a abertura econômica, esse parâmetro se altera e a organização de investimento e intervenção por parte do Estado muda, deixando em aberto o planejamento e as discussões regionais para os diferentes agentes do capital.

A globalização e o avanço técnico ligado à informatização, caracterizam os novos processos de estruturação das regiões e suas regionalizações. Estas circunstâncias estão associadas às novas normas de organização das relações de produção espacial e ao modo como as regiões produtivas

passam a ser organizadas. A lógica da financeirização, vinculada aos princípios das desregulamentações políticas do contexto neoliberal, contribuem para o incentivo dos aspectos da mundialização da produção e do consumo. Assim, as etapas produtivas, deste novo contexto mundial, estão ancoradas na integração funcional do território e de comando nas relações de trabalho, caracterizando os diferentes usos e ampliando a conjuntura de hegemonização das funcionalidades regionais (FREDERICO, 2014).

Neste contexto, caracterizado pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho e pela consequente especialização regional produtiva, os conceitos de circuito espacial produtivo, círculos de cooperação e escala podem nos auxiliar no entendimento do movimento que preside a integração das etapas geograficamente separadas da produção e das mudanças nas relações de força entre os agentes. (FREDERICO, 2014, p.38).

Desta forma, o espaço geográfico e seu constante processo de transformação está ligado às relações sociais de produção e a dinamicidade que a sociedade oferta em suas condições de sociabilidade e socialização. A totalidade é a base para o entendimento da elaboração e execução das mudanças e movimentos temporais que ocorrem no espaço, uma vez que cada alteração realizada em parcelas do todo, caracterizam mudanças em uma nova parcela de escala menor de determinadas formas existentes no território. Assim, para se estudar a região na atualidade, necessitamos tomar como padrão a conexão do movimento totalizador e suas diferentes parcelas atributivas de organização espacial, para, dessa forma, conseguir compreender a funcionalidade de cada localidade na divisão internacional do trabalho.

1.3 O conceito de região, as influências externas e a perspectiva transescalar

O conceito de região vem sendo discutido na geografia como uma das categorias centrais de seus métodos de estudo e como forma de compreensão das lógicas espaciais, tornando-se umas das premissas e preocupações de seu escopo enquanto ciência. No tocante à região, há de se considerar que esta é um recorte findado na diferenciação espacial (HAESBAERT, 2020) e que pode mudar conforme sua escala e os propósitos e critérios de quem a delimita e analisa.

Jamais podemos ignorar que as regionalizações são sempre historicamente datadas, assim como as periodizações têm sua validade regionalmente delimitada, pois nunca podem ser amplamente generalizadas. Essa contextualização espaço-temporal, não podemos esquecer, refere-se tanto às transformações histórico-geográficas concretas quanto – e às vezes de maneira dissociada – no campo da história das ideias. Por diferentes motivos, entretanto, algumas regionalizações, como veremos, podem resistir no tempo. (HAESBAERT, 2020, p. 2).

Conforme Leopoldo (2020), geógrafos como Bernard Kayser e Pierre George definiam região pelos laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro e sua existência como parte integrante de um conjunto, de uma totalidade, “levando em conta desde o cotidiano até a escala do mundo, desde a produção até o consumo, ao mesmo tempo em que faz o levantamento deliberado das camadas do passado e aponta as tendências e perspectivas futuras” (LEOPOLDO, 2020, p. 04).

Becker (1982) desenvolve, já na década de 1980, uma proposta de regionalização através de interações espaciais, com base na teoria dos sistemas e na condição de pensar o desenvolvimento gerido por centros difusores de inovações. Para a autora, “à medida que as inovações se difundem pelo sistema espacial, o desenvolvimento é alcançado” (BECKER, 1982, p. 16) Assim, o desenvolvimento e a integração nacional, se realizam pela multiplicidade de inovações.

Milton Santos (2002) sugere que a interpretação do conceito região seja feita na condição de sinônimo do conceito lugar, uma vez que sua análise se dá à luz de aspectos geográficos e não geométricos. Ou seja, a dimensão demarcatória do conceito região como uma escala intermediária entre o local e o nacional assume uma nova interpretação, na qual ambos – lugar e região – passam a ser considerados subespaços subordinados “às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de possibilidade e a entidade geográfica preexistente entra como condição de oportunidade” (SANTOS, 2002, p. 165). Desta forma, os limites

anteriormente existentes transformam-se, continuamente, em uma nova espacialização conforme as novas solidariedades praticadas, num novo acontecer solidário. Segundo o autor, “a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique” (SANTOS, 2002, p. 166).

As circunstâncias políticas e socioespaciais que determinam a formação estrutural das regiões se consolidam pelo processo de regionalização. A noção de regionalização é, para Ribeiro (2004), polissêmica, referindo-se à capacidade de produção de regiões baseada em ideologia, dados da paisagem, valores culturais comuns ou critérios político-científicos que legitimem fronteiras e limites. Para a autora, a comunhão entre regionalização como fato e regionalização como ferramenta traz aumento da influência da ação instrumental na formulação da questão regional e novos vínculos entre território, política e economia. Assim,

(...) a problemática da regionalização possui duas faces, instavelmente conectadas. Na primeira, regionalizam-se os atores, interesses e instituições e, na segunda, atores interesses e instituições reconhecem, valorizam e formalizam regiões. (RIBEIRO, 2004 p. 199).

Entender a regionalização e o conceito de região se apresenta como fator fundamental na condição para a realização da prática de planejamento e estruturação de políticas que controlem as delimitações desiguais entre as diferentes áreas. Pensar o espaço e suas condições de uso e funcionalidade remete a situação de buscar a essencialidade da técnica e dos agentes que compõem sua base produtiva. Dessa forma, a região está conectada a uma totalidade mundial, de extensão unitária de motores de extração de uma mais-valia globalizada, trazendo uma nova compreensão para o processo de estruturação dessa categoria.

Os diferentes usos do território são realizados por agentes que exercem controle em cada etapa de organização das formas e ações que dão origem ao espaço. As novas especializações produtivas estão ancoradas na nova divisão internacional do trabalho, dando origem a circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação (MORAES, 1985; SANTOS, 1986, 2002; CASTILLO e FREDERICO, 2010.) que permitem uma força de integração de agentes hegemônicos que controlam as etapas de produção em diferentes localidades. Assim, a realização concreta de usos e especializações do território resultam nas formações regionais existentes para determinadas produções. O mercado e sua movimentação intencional, caracterizam as formas e normas de estruturação de áreas vistas como de viabilidade e potencialidade para o investimento e a produção de certos itens de base de consumo da sociedade (FREDERICO, 2014).

A marca da nova concepção de organização e realização da produção em escala mundial está ligada ao imperativo da comunicação e da informática, uma vez que os novos circuitos espaciais de produção se conectam a grandes empresas transnacionais do mercado financeiro, acelerando os princípios de trocas entre as mercadorias. A disparidade regional construída historicamente no território acaba se acentuando com as demandas de alocação de recursos emitidas pelo mercado. A temporalidade de cada localidade passa a ser regida por uma lógica, ligada ao capital e seus agentes, que condiciona a aceleração das relações sociais de produção existentes nos lugares, dando margem para que a integração produtiva modernizante comande as normativas que serão a base da funcionalidade regional.

A internacionalização produtiva tem em seu escopo de atuação a busca por rentabilidade em seus investimentos realizados. Assim, as atividades e suas localizações ganham estudos para o levantamento sobre em qual local será a instalação dos meios de produção. A lógica seletiva de regiões para a produção torna-se ainda mais acentuada no contexto atual, uma vez que o mercado passa a ditar as regras do avanço de produtividade e em quais lugares serão sucedidas estas operações (SANTOS, 1985). A atuação do Estado e o fornecimento de infraestruturas entram como vetor de direcionamento dos investimentos e quais sentidos tomarão.

A economia internacionalizada traz em sua perspectiva a lógica transescalar, uma vez que a descentralização das decisões políticas e empresariais, a dinâmica do mercado e a circulação do capital financeiro influenciam o planejamento e a organização produtiva local e regional. No sentido

dialético para o contraponto da situação retratada anteriormente, temos a concepção da região condicionando, na organização e na estruturação das dinâmicas globais, o seu processo de inserção no território. Dessa forma, a relação entre os agentes da produção locais e globais, em proporções distintas, produzem a funcionalidade da região diante da cadeia produtiva (FREDERICO, 2014).

A produção de commodities está ligada às ações e produções de usos do território. O mercado financeiro, seus acionistas e os tradings de mercadoria interferem diretamente na escala de produção regional, impactando diretamente nas organizações dos produtores rurais. As commodities, assim, caracterizam boa parte das monoculturas que são produzidas em diversas localidades regionais, dando uma certa homogeneidade nas paisagens e na formação técnica de execução de suas atividades. Porém a complexidade regional de cada uma destas partes do território traz à tona como os estudos geográficos devem trabalhar sua base de entendimento.

1.4 Denominação de origem geográfica e as regiões de produção de café no país

O café é uma commodity que se estabeleceu como um dos principais produtos da economia brasileira ao longo de seus ciclos econômicos. A sua produção tem um processo de ascensão entre o final do século XIX e início do século XX, em que boa parte da economia brasileira era regida pela condição de sua exportação para outras localidades do globo. O cafeeiro é tido como uma planta tropical e a sua sobrevivência se liga a determinadas características climáticas, de altimetria (800m a 2000m), a uma temperatura média (18°C a 25°C), uma pluviometria de estação seca e outra chuvosa ao longo do ano e bastante luminosidade. (FREDERICO, 2014).

A produção de café realizada no sul global geralmente é importada por países do norte, uma vez que grande porcentagem do produto é comprada por grandes empresas e tradings, que posteriormente realizam a distribuição aos varejistas e para parte do mercado consumidor. Os destinos são países como: Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Itália e Japão. Segundo o relatório mensal de junho do Conselho dos Exportadores de Café (2021), houve um aumento na compra do produto na última safra entre 2020/2021, com uma aquisição de compra acrescida em 18% por parte dos estadunidenses e com um volume de 40% a mais na compra por parte dos belgas.

Outros destaques apresentados pelo relatório são o aumento na exportação dos cafés com qualidade superior e os cafés com selo de certificação. Os selos, que apresentam práticas sustentáveis em sua condição de cultivo, responderam por um aumento de 17,3% dos embarques brasileiros na safra 2020/21. Nota-se que a especialização produtiva destaca-se como um elemento no circuito espacial produtivo do café. Os produtores das regiões ligadas a este nicho de mercado obedecem às normas e lógicas dos selos de qualidades para exportação, colocadas por grandes instituições internacionais, que caracterizam uma ramificação seletiva no processo de controle e avaliação dos produtos.

Neste sentido, a aplicação do conceito de denominação de origem geográfica a esses produtos visa não somente a preservação de um território com potencialidades para a sua produção, mas, igualmente, do “patrimônio histórico-cultural das populações que, ao longo de séculos, criaram e desenvolveram técnicas e processos de organização do espaço, de adaptação de solos e castas, de produção(...), de promoção e de comercialização” (PEREIRA, 1996, p. 179). Apesar de ser uma prática antiga na Europa (desde 1756, com a região demarcada dos vinhos do Douro, em Portugal), a criação e estabelecimento das indicações geográficas (IGs) no Brasil é bem recente (a primeira certificação foi concedida em 2002 para a Região do Vale dos Vinhedos). Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), denominação de origem (DO) e indicação de procedência (IP) compõem as duas modalidades de IGs previstas pela Lei de Propriedade Industrial (Lei Nº 9279, de 14 de maio de 1996) e têm sido vistas como formas de mobilização e valorização dos territórios, além de ferramentas de potencialização de valor para produtos típicos regionais, com qualidade diferenciada.

Para uma interpretação das regiões de indicação geográfica sob o método da geografia crítica, podemos concordar com Silveira (2003, p. 414), para quem as compartimentações dos territórios

são formas de valorização feitas, crescentemente, pelas firmas, mas com a ajuda de um poder público devotado a 'inventar' a viabilidade do território para as empresas. (...) Essa compartimentação é mais uma manifestação do papel ativo do território, uma vez que, como prerrogativa de um lugar, ela se alastra pela formação socioespacial, exigindo imitações em outras regiões.

Ou seja, a regionalização, enquanto um processo de compartimentação territorial, traz o território a uma condição de mercadoria, racionalizada de acordo com os interesses das corporações e da política regional de estado, gerida por um agir instrumental e estratégico e pela promulgação contínua do discurso de inovação e capacitação. A especificidade do território e de sua produção condiciona a região à uma exclusividade perante as demais. Tal característica, permite com que a mercadoria ali produzida seja comercializada em um contexto mercadológico de nicho, com alta agregação de valor.

Descrevemos, como pode ser visto a seguir, algumas características de relevo, condição climática, modos de produção e agentes envolvidos no contexto de cada região de indicação geográfica para a produção de café reconhecida no Brasil. Tal descrição, ainda que superficial, nos ajuda a entender alguns dos critérios de seleção que justificam os processos de regionalização dispostos pelo INPI.

- Região da Alta Mogiana: A região da Alta Mogiana se localiza no norte do estado de São Paulo e está associada ao café há mais de 100 anos, graças ao aumento da produção da bebida no início do século XX. Seu relevo se configura num planalto com montanhas variando de 900 a 1.000 metros de altitude, e o clima com temperaturas médias mensais de 21 °C no verão e 17 °C no inverno, favoráveis ao amadurecimento lento e uniforme do grão Arábica. Entre as variedades mais cultivadas estão a Catuaí, Mundo Novo, Bourbon e Obatã. A Região é uma Indicação de Procedência (IP) desde 2013.
- Região do Campo das Vertentes: Situada no Estado de Minas Gerais é uma Indicação de Procedência (IP), desde 2020, concedida para café verde em grãos, café torrado industrializado em grãos e café moído. A área de Indicação Geográfica inclui 17 municípios: Bom Sucesso, Camacho, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Carmo da Mata, Conceição da Barra de Minas, Ibituruna, Nazareno, Oliveira, Perdões, Ritópolis, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Francisco de Paula, São João del Rei e São Tiago, cujo relevo é formado por serras de altitude variando entre 500 a 1.000 metros. O clima é ameno, com um verão fresco e chuvoso e um inverno muito frio nas zonas mais altas.
- Região do Caparaó: O café de Caparaó é cultivado em dez municípios capixabas e seis no estado de Minas Gerais. A espécie *coffea arabica* da região foi registrada como uma Indicação Geográfica na modalidade de Denominação de Origem (DO). A área geográfica inclui os municípios: Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Guaçuí, Alegre, Muniz Freire, Ibitirama, Iúna, Irupi, Ibatiba e São José do Calçado, no estado do Espírito Santo; Espera Feliz, Caparaó, Alto Caparaó, Manhumirim, Alto Jequitibá e Martins Soares, em Minas Gerais. seu registro foi obtido em 2021.
- Região do Cerrado Mineiro: O café da Região do Cerrado Mineiro é feito da combinação das condições climáticas da região, com verões quentes e úmidos, e invernos amenos e secos, e o modo de produção, colheita e secagem. A região se localiza no noroeste do estado de Minas Gerais. Todos os municípios dessa região estão situados em altitudes acima de 800 metros, um fator decisivo na produção de grãos que resultam em uma bebida de qualidade, conforme a padronização do mercado. É uma Denominação de Origem (DO) desde 2014 e uma Indicação de Procedência (IP) desde 2005.

- Região do Espírito Santo: O Espírito Santo é uma referência nacional e mundial no desenvolvimento do café conilon, desde 1912. Na última década, houve uma evolução nos padrões de qualidade da espécie, resultado do aumento da conscientização do uso de boas práticas agrícolas em lavouras de café promovidas por instituições públicas e privadas no estado. A região possui uma temperatura mais elevada, variando entre 22 °C e 26 °C - e altitudes mais baixas - alcançando uma altitude máxima de 600 metros. Desde 2021, a localidade é considerada uma Indicação de Procedência (IP).
- Região da Mantiqueira de Minas: Localizada no estado de Minas Gerais, a Região da Mantiqueira de Minas possui um terroir favorável à produção de cafés especiais, devido à altitude que varia entre 900 e 1.500 metros. A iniciativa de buscar uma IG para a região se deu através de uma parceria entre as cooperativas COCARIVE, COOPERRITA, COOPERVASS e o Sindicato dos Produtores Rurais. Com 25 municípios e 8.095 produtores (dos quais 82% são considerados de pequeno porte), 57.000 hectares cultivados, e produção de 1.370.000 sacas de 60 kg a cada ano, a Mantiqueira de Minas é uma Denominação de Origem (DO) desde 2020.
- Região das Matas de Minas: Matas de Minas é uma região do estado de Minas Gerais que se tornou conhecida pela produção de café em grão cru, processado, torrado e moído. O cultivo de café nas Matas de Minas remonta a 1970, quando o café se tornou o mais importante produto da agricultura regional. As condições ambientais ligadas à altitude, temperatura, pluviosidade e solo facilitam o desenvolvimento da cafeicultura na região. As áreas plantadas em proporções variadas nos 64 municípios da região a leste do estado de Minas Gerais demonstram a longa tradição de cultivo deste produto. A região também tem conquistado reconhecimento por sua produção de cafés especiais, tanto no mercado nacional quanto internacional. O número crescente de prêmios em concursos de qualidade de café, no Brasil e no exterior, influencia diretamente sua reputação. A região é uma Indicação de Procedência (IP) desde 2020.
- Região das Matas de Rondônia: A base genética das plantas utilizadas para a produção de 80% do café das Matas de Rondônia é resultado do cruzamento das variedades Conilon e Robusta, selecionadas ao longo dos anos pelos produtores locais gerando um café diferenciado, que foi denominado Robustas Amazônicas. As condições climáticas e os solos da região criam condições favoráveis para um ciclo de maturação intermediário ou tardio do café. Outro ponto importante é que a legislação brasileira exige que todas as propriedades rurais localizadas na região do Bioma Amazônia preservem 80% da vegetação nativa de sua área de superfície. É uma Denominação de Origem (DO) reconhecida desde 2021.
- Região das Montanhas do Espírito Santo: É uma Denominação de Origem (DO) desde 2021. cujas altitudes variam de 500 a 1.400 m e as temperaturas médias anuais de 18 a 22 °C. Os fatores humanos, incluem a semeadura e a colheita do café usando um método predominantemente artesanal. O tipo de processamento (via úmida ou natural) é outro fator que influencia o perfil sensorial dos cafés.
- Região do Norte Pioneiro do Paraná: A formação social, econômica e cultural da região do Norte Pioneiro do Paraná é intimamente ligada à expansão do café. Indicação de Procedência (IP) desde 2012, a região está localizada em uma área de grande latitude e altitude, acima de 500 metros, em zona de transição climática, com temperatura média anual de 19 a 22 °C. Essas características afetam a formação e o amadurecimento do fruto, modificando o aspecto intrínseco característico do grão, possibilitando a obtenção dos mais variados tipos de café, com potencial para cafés especiais. Os grãos de café do Norte do Paraná são produzidos a partir de diferentes variedades da espécie *Coffea arabica*, sendo classificadas como café especial e superior.

- Região do Oeste da Bahia: O Oeste da Bahia é uma região que ocupa predominantemente o bioma Cerrado. O café na região é cultivado em áreas com mais de 700 metros de altitude. O relevo formado por planaltos, encostas e vales, assim como os solos profundos e diversificados com boa disponibilidade hídrica, também favorecem o cultivo do café. O grão é produzido em condições de temperaturas médias entre 22 e 26 °C, com cerca de 3.000 horas de sol por ano e altitude média de 800 metros. É uma Indicação de Procedência (IP) desde 2019.
- Região de Pinhal: A Região e Pinhal abrange 16 municípios, com um total de 43.992 hectares de plantações de café Arábica, localizados no lado paulista da Serra da Mantiqueira, com altitudes que variam de 800 a 1.100 metros. A região possui clima ameno, com temperatura média anual variando de 14 a 21 °C. São utilizadas variedades da espécie *coffea arabica*, obtidas por colheita manual em tecido ou por colheita mecanizada. Cultivando café desde 1850, a região é uma Indicação de Procedência (IP) desde 2016.

A primeira região produtora de café reconhecida no país foi a Região do Cerrado Mineiro, em 2005. Em 2011 foi a vez da Região da Serra da Mantiqueira, também em Minas Gerais, seguida pelo Norte Pioneiro do Paraná (2012), Alta Mogiana (2013), Região do Pinhal (2016), Oeste da Bahia (2019), Campo das Vertentes (2020) e Região das Matas de Minas (2020). Em 2021, obtiveram reconhecimento as regiões do Caparaó, Montanhas do Espírito Santo, Espírito Santo (ES) e Matas de Rondônia.

A distribuição geográfica das regiões acima descritas pode ser observada na ilustração elaborada pela embaixada do Brasil na Itália em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (figura 1):



Figura 1. Café do Brasil com indicação geográfica (fonte: Ambasciata del Brasile (2021)).

Ao atentarmos ao cartograma, podemos perceber a concentração produtiva de café no estado de Minas Gerais, produtor histórico da bebida em contexto nacional. A concentração se estende pelos estados de São Paulo, Paraná e Espírito Santo, também herdeiros do ciclo econômico consolidado nos séculos XIX e XX. Bahia e Rondônia configurariam novos contextos de prospecção produtiva do café, possibilitando uma outra frente na variedade de oferta de mercadorias.

Essa configuração evidencia aquilo a que chamamos a atenção no tocante das condições territoriais da distribuição dos meios de produção e das formas de uso do território direcionadas a uma estratégia mercadológica. Tudo pautado na justificativa de que essa seleção e a visibilidade dada por uma IG permitem que os produtores desenvolvam ações de promoção dos seus produtos, com potencial de agregação de valor. Além disso, outros agentes estariam interessados na promoção das regiões, tais quais os setores do turismo e da gastronomia.

Mas a interlocução entre agentes possibilitada por essa regionalização extrapola as dimensões da localidade. A relação entre produtor e compradores do café passa por diversas articulações de venda do produto que são determinadas através de diferentes acordos. As ondas do café, período marcado pela diferente estruturas de produção e formas de relações de comercialização do produto, demonstram que a cada época as circunstâncias se adequam a ordem de suas especificidades. A segunda e terceira onda, que respectivamente acontecem da década de 1960 a 1990, caracterizando como o das cafeterias especializadas, que encontram novas condições de valorização da qualidade do produto.

A metodologia de cultivo e as lógicas de trabalho e preparo são reformuladas, uma vez que a rastreabilidade do café e suas formas de plantio são alteradas no seu modo produção, buscando atender compradores de uma mercado especializado e gourmet. Os sabores e aromas de cada café, passam a ser ressaltados por torra mais branda e com métodos de preparo menos automatizados, como o café filtrado. A origem dos cafés passa a ser selecionada, única, sem misturas, para promover o local onde é produzido, associado a esses fatores que aparecem através das certificações de origem, de sustentabilidade e de comércio justo.

A resolução dos contratos de serviço e do comércio do café se conectam a elos internacionais de venda do produto no mercado, movimentando-se sob uma lógica de maior extensão do lucro e da mais-valia financeirizada. A empresa Nestlé, por exemplo, é uma das que se destaca no ramo de comercialização do café. Há 100 anos atuando no Brasil, a multinacional emprega mais de 30 mil pessoas, e possui 20 unidades industriais localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, uma fábrica em construção em Santa Catarina e Espírito Santo, além de três centros de distribuição e mais de 50 brokers (responsáveis por vendas, promoções, merchandising, armazenamento e distribuição). O circuito espacial produtivo do café passa a se ajustar às normatizações impostas pelas condicionantes de produção da empresa Nestlé. Diante deste fato, nota-se como os círculos de cooperação e ajustes de reprodução respondem a uma escala macro de organização produtiva.

Entende-se, neste caso, que a organização do espaço passa a ser regida pela lógica de produção do mercado externo de commodities do café. O modelo político econômico neoliberal representou a redução estatal no processo de produção agrícola, abrindo caminho para que as empresas multinacionais e transnacionais ocupassem um elo importante na organização produtiva dos produtos agrícolas. Esta situação fez com que o mercado passasse a controlar a lógica de vendas e estoques de mercadorias dos estoques públicos de produtos, caracterizando o avanço da lógica de mercado sob o planejamento e controle estatal (COGUETO, 2014).

O período neoliberal colocou em prática o discurso de extinção e normatização de acordos internacionais para a venda do café. Os Acordos Internacionais do Café (AICs), que estiveram vigentes entre 1962 e 1989, asseguravam a prática de comercialização mais justa e controlada por políticas produtivas do café, porém na década de 1990 a desregulamentação desenvolve novos meios de controle e organização de venda do produto, gerando acentuada queda de preço no mercado externo (DOMINGOS, 2021). Desse modo, fica evidente a ação mercadológica no ordenamento político das situações de produção e controle de venda do café.

1.5 Considerações finais

A padronização e implantação dos cafés especiais apontam como a atuação para nichos específicos adequa-se a exigências do mercado. As regiões dos selos de qualidade de caracterização dos produtos, demonstram como a emergência de atendimento para uma nova técnica está a se caracterizar como imersão de venda de produtos qualificados. Esta qualificação produtiva coloca em pauta a discussão de planejamento e ajustamento de fatores de externalidades na prática de organização de usos do território. A fragmentação do território e a regionalização se estruturam através das normas dos selos de qualidade e IGs que são impostas de forma externa às exigências locais. O lugar e suas regras de produção tomam um nova segmentação e estruturação para a funcionalidade dos agentes externos, que se caracterizam como tradings e grandes empresas que realizam o processo de torrefação do café.

A região adentra a lógica de produção e sistematização de acordo com a atribuição de agentes externos à área. O aspecto natural das localidades, resume-se à região de acordo com sua essência de êxito para determinadas intencionalidades de produção de agentes externos. A concretização da região como fato (RIBEIRO, 2004), execução de sua produção e ordenamento territorial, coloca a territorialidade local ligada aos aspectos da divisão internacional do trabalho e sua busca pela massiva extração de renda e lucro.

Ainda em consonância com Ribeiro (2004), podemos afirmar que a região expressa a área formada pela articulação entre verticalidades (ordens, comandos) e horizontalidades (cooperação, conflitos locais, cotidiano) (SANTOS, 1985). “A região corresponde ao extenso de uma forma social (...), ao corpo de relações sociedade-natureza, incluindo: organização social, cultura e decisão política” (RIBEIRO, 2004 p. 199), tornando-se assim uma representação no espaço das práticas e interesses de diversos agentes que fazem uso do território.

Em concordância com Cataia (2013), entendemos que as articulações entre os entes da Federação brasileira no atual período são mais competitivas que cooperativas e essa postura gera desenvolvimento desigual das localidades. “A Federação é um arranjo político que permite que cada ente e cada lugar tenham uma participação solidária no conjunto da nação. Com isso, o território tem papel ativo na constituição da arquitetura política nacional” (CATAIA, 2013, p. 1137). Constatamos, desse modo, a importância do orçamento público nas relações entre os entes federados, uma vez que a sua composição regula maiores ou menores autonomias municipais e regionais, tendo em vista que algumas parcelas do território recebem mais recursos do que outras, proporcionando assim uma modernização pontual e seletiva.

Assim, território, em sua categoria de uso, traz a essência de um campo de forças de disputas que operam de forma natural e artificial, qualificando o território de acordo com sua densidade técnica, informacional e normativa. A esses aspectos destacam-se o processo de regionalização e sua composição ligada a divisão internacional do trabalho, como área de especialização produtiva. As áreas de Indicação Geográfica abrem a possibilidade para a discussão da forma com que o planejamento regional vem sendo desenvolvido e como os registros dos selos demarcam a inserção das localidades e suas características naturais no processo de produção para um mercado de novas técnicas e metodologias de trabalho.

1.6 Referências bibliográficas

AMBASSIATA DEL BRASILE. **Cafés Brasileiros com Indicação Geográfica** (edição em português). Roma: Embaixada do Brasil, 2022.

BECKER, Berta. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. In: BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 15-32, 1982.

CASTILLO, Ricardo Abid; FREDERICO, Samuel. “Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo”. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3), 2010.

CATAIA, Márcio. “Território usado e Federação: articulações possíveis”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, out.-dez. 2013.

COGUETO, Jaqueline Vigo. **Indicação Geográfica e cafés especiais: circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

DOMINGOS, Delcio Fernandes. **Cafeterias: os novos e renovados objetos geográficos na cidade de São Paulo**. São Paulo: Athena editora, 2001.

FREDERICO, Samuel. “Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas”. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014.

HAESBAERT, Rogério. “Regionalizações brasileiras: antigos legados e novos desafios”. **Confins** [Online], 44, 2020, posto online no dia 15 março 2020, consultado em 24 março 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/26401>; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.26401>.

LEOPOLDO, Eudes. “A teoria regional na atualização da Geografia Crítica contemporânea: a urbanização da fronteira na Amazônia, a região do Sul e Sudeste do Pará”. **Confins** [Online], 44,

2020, posto online no dia 17 março 2020, consultado 24 março 2020. URL: <http://journals.openedition.org/confins/26851>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.2685>.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación em el espacio. In: LIBERALI, Ana María; YANES, Luis (Org.). *Aportes para el estudio del espacio socio-económico*, tomo III, El Colóquio. Buenos Aires: [s.n.], 1985.

OLIVEIRA, Victor da Silva; ARAÚJO, Tânia Bacelar. “Políticas Regionais e o Desafio de Dialogar Com a Diversidade Regional Brasil: o caso do Rio Grande do Sul”. **Caminhos de Geografia.** Uberlândia - MG v. 21, n. 76 Ago, 2020.

PEREIRA, Gaspar Martins. “A Região do Vinho do Porto: Origem e Evolução de Uma Demarcação Pioneira”. **DOURO- Estudos & Documentos**, vol. 1 (1), 1996 (1º), 177194.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: Fato e Ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil, Século XXI: por uma regionalização. Agentes, processos, escalas.* São Paulo: CNPq/ Max Limonad, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Org.). *A construção do espaço.* São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil.** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, María Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *Território Brasileiro: Usos e abusos.* Campinas: Edições Territorial, 2003.